

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, ETIÓPIA P. O. Box 3243 Telefone 517700 Cables: OAU, ADDIS ABEBA

CONSELHO EXECUTIVO

Décima Quinta Sessão Ordinária

24-30 de Junho 2009

Syrte, Líbia

EX.CL/502 (XV)-a

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS,
RETORNADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE EM
ÁFRICA PARA A DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO EXECUTIVO, DE FEVEREIRO A JUNHO DE 2009**

**RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E
PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE EM ÁFRICA PARA A DÉCIMA QUINTA
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO EXECUTIVO, DE FEVEREIRO A JUNHO DE
2009**

I. INTRODUÇÃO

1. O relatório para a 15ª sessão ordinária do Conselho Executivo abrange o período de Fevereiro a Junho de 2009, durante o qual a situação dos refugiados, dos retornados e das pessoas deslocadas internamente (PDIs) em África, continua a suscitar uma grande preocupação.

2. O relatório contém uma análise da situação que vive cada uma das regiões em termos de deslocação forçada no continente africano, uma actualização do estado de implementação das decisões anteriores tomadas pelo Conselho Executivo e as actividades da Comissão na área dos assuntos humanitários e da deslocação forçada, bem como os desafios e o caminho a seguir.

3. A informação recolhida para o presente relatório foi fornecida por alguns Estados-membros da União Africana, missões do Subcomité sobre refugiados, parceiros da UA, nomeadamente a African Humanitarian Action (AHA), o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Internacional de Imigração (OIM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (UNOCHA), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e o Unidade de Gestão da Planificação Estratégica da UA/ONU em Adis Abeba.

4. Convém recordar que a decisão anterior do Conselho Executivo de ref. EX.CL/Dec.462 (XIV) de Janeiro de 2009, solicitou os “Estados-membros a fornecerem a Comissão as estatísticas actualizadas sobre os refugiados, retornados e as pessoas deslocadas ao nível interno, de maneira a permitir a Comissão fazer uma reflexão sobre a verdadeira imagem da situação humanitária nos seus países”. Todavia, até ao momento da elaboração do presente relatório, somente o Benim, o Burquina Faso, a Cote d’Ivoire, a Etiópia, o Gabão, a Libéria, o Ruanda, Moçambique e o Zimbabué, responderam ao pedido desses dados feito pela Comissão.

5. Uma tabela das estatísticas de várias fontes está junto à este documento como Anexo 1.

II. PANORAMA GERAL DA SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS, RETORNADOS E PESSOAS DESLOCADAS INTERNAMENTE EM ÁFRICA

6. Com os conflitos em curso em todas as regiões do continente e casos prolongados de deslocação forçada, milhares de africanos continuam a abandonar as suas moradias a procurar de asilo em campos dentro dos seus países, em países vizinhos ou em outras regiões fora de África. Por isso, a Comissão continua a incentivar os Estados-membros a reafirmarem os seus compromissos de combater as causas principais da deslocação forçada e a concederem a hospitalidade às vítimas de deslocação forçada, que atravessam as fronteiras a procura de asilo.

7. A União Africana está particularmente preocupada com a situação nas regiões Central e Oriental da África, que continuam a ser as mais turbulentas do continente e, por conseguinte, registam movimentos maciços de refugiados e de PDIs. Em 2009, o PAM, como parte das suas operações em África, espera conceder ajuda alimentar à cerca de 1,5 milhões de refugiados, 10 milhões de PDIs e 2 milhões de retornados. Outras organizações de ajuda também continuam a auxiliar milhões de refugiados e de PDIs na área de projectos de apoio à vida. Só em Março de 2009, o CICV concedeu uma assistência de cerca de 1.239.483 de PDIs em 13 países africanos no domínio dos produtos essenciais para as famílias (Essencial Household Item (EHI)), água e saneamento, apoio à vida e agrícola e rações alimentares, bem como a alimentação. Durante o período de elaboração do presente relatório, a OIM também ajudou no processo de reintegração de aproximadamente 14.703 e no repatriamento voluntário de 1.516 vítimas da deslocação forçada em todo o continente.

8. Além disso, há também vítimas das calamidades naturais e das provocadas pelo homem em África, que continuam a precisar de ajuda em termos de reconstrução das suas vidas e das suas infra-estruturas, que foram destruídas, e que em algumas áreas são as condições de subsistência sustentável.

9. A solidariedade contínua demonstrada pelos Estados-membros ao acolherem os refugiados e ao concederem ajuda financeira aos necessitados é reconhecida, especialmente porque muitos desses países africanos já estão por si sós sobrecarregados com a responsabilidade de zelar pelos seus próprios cidadãos.

10. Tendo em conta as várias decisões do Conselho Executivo, as agências de ajuda humanitária têm continuado a reforçar os seus programas e a trabalhar em estreita colaboração com governos, em particular com instituições com emergências complexas. Todavia, os desafios de ordem operacional para muitas agências humanitárias que trabalham em África são enormes, devido aos longos conflitos em muitos países, que causam um fluxo infindável de refugiados e de PDIs, bem como as

condições cada vez mais inseguras em que os agentes da ajuda humanitária executam o seu mandato. Por exemplo, a violência contra os agentes da ajuda humanitária tem aumentado nos últimos anos.

11. O presente relatório procura, por conseguinte, analisar a situação humanitária que se vive em muitos Estados-membros da UA e destacar alguns dos muitos desafios que esses e os agentes humanitários enfrentam, ao procurarem encontrar as soluções duradouras para o problema da deslocação forçada em África.

III. DESTAQUES REGIONAIS

A. Região do Norte

12. Na região do norte da África, a situação não mudou muito desde o último relatório apresentado ao Conselho em Janeiro de 2009. Todavia, a Comissão gostaria de chamar a atenção para a situação prolongada de 165.000 refugiados sarauís, 60% dos quais são mulheres, crianças e idosos, que vivem nos campos de Tindouf, **Argélia**. Eles continuam a confiar no governo da Argélia e na comunidade internacional para a ajuda humanitária, enquanto aguardam uma solução política duradoura para a sua situação. O Egito também continua a albergar cerca de 42.844 refugiados e os que procuram asilo.

B. Região Ocidental

13. A situação na região ocidental testemunhou o regresso de um número significativo de refugiados e de PDIs, devido à resolução dos conflitos que assolou a região na última parte do século XX e princípios do século XXI. A região gozou de uma relativa estabilidade nos últimos anos. Contudo, com a instabilidade na Côte d'Ivoire, na Guiné-bissau e na Guiné Conacri, há alguma preocupação na situação geral da segurança da região e o impacto que isso poderá causar nalguns países vulneráveis.

14. No **Benim**, o número de refugiados e daqueles que procuram asilo registados pelas autoridades governamentais é de 7.133, a maior parte dos quais são togoleses, com cerca de 2.971. A maioria dos refugiados e daqueles que procuram asilo (3.779) no Benim está estabelecida nos centros urbanos, enquanto o restante encontra-se em dois campos de refugiados. Na sequência do Acordo Tripartido entre os governos de Togo e do Benim, bem como o ACNUR, em Abril de 2007, cerca de 3.271 de refugiados togoleses foram repatriados para os seus lugares de origem.

15. Em Fevereiro de 2009, o governo de **Burquina Faso** informou a Comissão da nova lei nº 042-2008/AN sobre o estatuto dos Refugiados no Burquina, que significou um passo importante para o reforço da protecção e da assistência legais aos refugiados e aos que procuram asilo no país. O Burquina Faso acolhe 557 refugiados e

604 requerentes de asilo, a maior parte dos quais oriundos de países vizinhos e, desde o princípio da década de 1990, tem oferecido instalações para os refugiados de outros países africanos.

16. De acordo com a informação recebida do governo da **Côte d'Ivoire**, os dados estatísticos mais actualizados relativos ao número de PDIs no país são com base num estudo efectuado em 2005, que identificou 709.377 de PDIs que vivem em cinco distritos do país. Por conseguinte, a população total de PDIs em todo o país estima-se entre 5000.000 e 1.500.000 o Programa Alimentar Mundial reportou que a crise prolongada na Côte d'Ivoire criou uma situação de emergência humanitária complexa, que perturbou o sistema de segurança alimentar do país e teve impacto nos países vizinhos. Apesar da assinatura do Acordo de Paz, em Março de 2007, e dos esforços feitos pelo governo ivoirense para elaborar programas de repatriamento voluntário e exercícios de reinstalação, continua a haver falta de confiança no seio das PDIs e dos refugiados nos países vizinhos, que deverão regressar. De acordo com o Escritório de Ligação na Côte d'Ivoire, cerca de 120.000 pessoas regressaram às suas áreas de origem, na região oeste do país, desde a assinatura do Acordo de Paz. As infra-estruturas inadequadas, a falta de acesso aos serviços sociais básicos e a insegurança ocasional causada por alguns jovens ex-combatentes na área, constituem o maior problema para os refugiados. A Cote d'Ivoire, apesar dos seus problemas, continua a albergar cerca de 24. 881 refugiados dos países vizinhos.

17. A morte do presidente da **República da Guiné** e a subsequente instabilidade política, em Dezembro de 2008, causou uma grande preocupação aos países vizinhos, especialmente à Cote d'Ivoire, a Libéria e a Sierra Leone, que se encontram em fase dos anos de guerras civis devastadoras, que transcenderam as suas fronteiras. Desde os exercícios de repatriamento voluntário de refugiados sierra leoninos findo em Julho de 2004, cerca de 6.379 da estimativa de 43.000, que continuam a viver como refugiados, estão registados na Guiné. Aproximadamente 21.488 refugiados dos países vizinhos estão registados na Guiné.

18. De acordo com as autoridades governamentais na **Libéria**, actualmente não há mais registo de Pessoas Deslocadas (PDIs) Internamente nesse país, porque as 500.000 pessoas que estavam deslocadas internamente foram reintegradas com êxito nas suas áreas de origem ou, nalguns casos, escolheram ficar nas novas áreas de residência, com o auxílio da Comissão de Repatriamento e Restabelecimento de Refugiados da Libéria (LRRRC), ACNUR e outros parceiros humanitários. Todavia, os retornados continuam a enfrentar enormes desafios, tais como a falta de actividades económicas viáveis e condições de habitação inadequadas nas áreas onde regressaram. O país está também presentemente a acolher 10.216 refugiados da Cote d'Ivoire e da Sierra Leone, com um pequeno número dos que procuram asilo, provenientes de países da sub-região e de outras partes de África.

C. REGIÃO CENTRAL

19. Desde o último relatório, a Região Central continua a experimentar movimentos dentro e fora da região, a medida que os exercícios de repatriamento são levados a cabo em algumas áreas, enquanto outras pessoas procuram asilo em outras regiões.

20. Desde a assinatura do acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, a consolidação da paz no **Burundi** teve um progresso significativo e, conseqüentemente, milhares de refugiados burundeses regressaram às suas casas principalmente os oriundos da Tanzânia, sob os auspícios do programa de repatriamento voluntário do ACNUR. Entre 2002 e Março de 2009, o ACNUR repatriou mais de 474.071 refugiados burundeses, dos quais 459.523 são provenientes da Tanzânia, enquanto o resto são oriundos de outros países vizinhos. Os retornados recebem à chegada bens alimentares essenciais e outros não alimentares, bem como algum dinheiro para ajudar-lhes a integrar-se na sociedade. Por outro lado, os grupos mais vulneráveis recebem ajuda para construir os seus abrigos. Dado que 16 por cento da população do país é considerada como vulnerável, com necessidade de ajuda humanitária permanente, em Fevereiro último, foi criado um programa de apoio humanitário para conceder-lhes assistência. Além disso, a fim de garantir a sustentabilidade do processo de reintegração dos retornados e a socioeconómica, o ACNUR, em colaboração com o governo, contribuiu para a melhoria das condições na área de projectos comunitários.

21. Relativamente às pessoas deslocadas internamente (PDIs), o número estimou-se em 100.000, em 2006, daqueles que vivem em 160 localidades, de acordo com o OCHA. Entretanto, em 2007, um grupo de avaliação do ACNUR descobriu que o número de PDIs nas províncias de Bururi, Makamba e Rutana, decresceu para 35 por cento, que é cerca de 10.200 de PDIs, durante os dois últimos anos, e que muitos mais manifestaram a vontade de regressar à pátria, enquanto outros, no norte, continuavam cépticos, na medida em que cultivavam as suas terras durante o dia e regressavam para as suas instalações à noite. Enquanto recebe os seus cidadãos de volta e zela pelos PDIs, o país alberga também 27.787 refugiados, dos quais 27.387 são provenientes RDC.

22. A respeito da **República dos Camarões**, durante a sessão de Janeiro de 2009 observou-se que o país acolhia aproximadamente 78.000 refugiados. Entretanto, o número de refugiados aumentou para 81.037. Este aumento é devido à retomada da luta em alguns dos países vizinhos. Os refugiados no país são oriundos da República Centro Africana, da República Democrática do Congo e do Ruanda.

23. Na **República Centro Africana (RCA)**, o reinício da luta entre os rebeldes e o governo da RCA, em meados de Janeiro de 2009, levou mais de 8.000 pessoas a fugirem das suas casas e a refugiarem-se na cidade de Doha, ao sul do Chade. Ao longo dos anos, cerca de 56.000 refugiados da RCA acotaram-se em cinco acampamentos no sul do Chade, enquanto estima-se que 26.000 encontram-se na República dos Camarões. A maioria dos refugiados é mulheres, crianças e pessoas idosas. A RCA regista igualmente cerca de 108.000 PDIs em campos situados ao norte

e ao noroeste do país. Além disso, esse país continua a acolher aproximadamente 7.200 refugiados do Sudão e de outras nacionalidades.

24. Devido à guerra civil, que tem flagelado a região de Darfur, ao oeste do Sudão, desde 2003, a República do Chade alberga aproximadamente 250.000 refugiados de Darfur, de um número total de cerca de 302.687 refugiados no país, de acordo com as recentes estimativas do ACNUR. O número de refugiados de Darfur, que se encontra na República do Chade, tem estado a aumentar regularmente desde 2003, e até agora há doze campos de refugiados na região do país, acolhendo refugiados de Darfur ao lado de aproximadamente 166.000 PDIs Chadianos. A situação volátil no outro país vizinho, a República Centro Africana (RCA), causa igualmente milhares de refugiados, que atravessam a fronteira para o sul do Chade. A situação humanitária prevalecente no país é agravada pelo fluxo de refugiados; e a República do Chade tem muito pouca capacidade para tratar dos refugiados dentro do seu território. O governo confia muito na ajuda externa para sua própria segurança alimentar, especialmente na zona do Sael, que é afectada por défices crónicos de alimentos, segundo relata o PAM.

25. As organizações humanitárias que operam no terreno dizem que o maior problema dos refugiados é a grande escassez da água, daí que a maior parte deles tem acesso à menos do que metade do padrão mínimo de 15 litros por pessoa por dia. Outros problemas são a educação, o abastecimento de alimentos e de lenha inadequados. Durante o período de elaboração do presente relatório, registou-se igualmente o regresso à pátria de cerca de 4.415 refugiados chadianos. O Comité Internacional da Cruz Vermelha concede uma ajuda de emergência, assim como trata da preservação dos meios de subsistência e fornece serviços de apoio aos refugiados de Darfur, e às PDIs do Chade, bem como às populações de retornados.

26. Em Janeiro de 2009, o Conselho registou a deterioração da segurança e a grave situação humanitária na **República Democrática do Congo (RDC)**, em particular na região leste do país, ao norte de Kivu. Os milhares de pessoas que fugiram do país não regressaram e 1.5 milhão delas continuam deslocadas internamente. Isto deve-se em parte aos ataques contínuos dos rebeldes e às violações sistemáticas dos direitos humanos cometidas principalmente por grupos armados e o exército do governo, assim como a Resistência Armada do Senhor (LRA), um grupo de rebeldes ugandeses, especialmente ao norte da província de Kivu. Mais de 150.000 pessoas necessitam urgentemente de ajuda humanitária na província, onde a violência limita o seu acesso aos cuidados médicos e causa problemas em termos de recursos financeiros, materiais e humanos, dos serviços da saúde. Nas províncias de Ituri e de Kivu, o PAM dedica-se principalmente a prestar auxílio às PDIs, aos retornados e às comunidades anfitriãs, enquanto ao leste e sul do país a agência fornece alimentos às comunidades malnutridas.

27. Todavia, há esperança, porque houve acontecimentos positivos em Janeiro de 2009, na sequência do lançamento da operação conjunta Ruanda/RDC contra os rebeldes da Força Democrática de Libertação do Ruanda (FDLR), que foi concluída em Março de 2009 com a assinatura do acordo de paz entre o governo da RDC e o Congresso Nacional para a Defesa das Populações (CNDP). Da parte da Comissão, o presidente teve envolvido igualmente em negociações da paz, desde o lançamento do CNDP. Reuniu-se com o presidente da RDC e com outros actores congolese relevantes, assim como com representantes da comunidade internacional em Kinshasa, a fim de reiterar a posição da UA que visa encontrar soluções políticas duradouras para a crise no país, particularmente na província norte de Kivu. A fim de reforçar os seus esforços, o presidente estabeleceu um escritório da UA em Goma, que será envolvido na monitorização da execução do acordo de paz de Janeiro de 2009 assinado entre o governo e os grupos armados congolese. Apelou à comunidade internacional para redobrar os seus esforços com vista a encontrar uma solução duradoura para o problema e consolidar o progresso feito na promoção da paz, da segurança e da estabilidade em todo o país. Estes esforços contribuirão para o retorno dos milhares de vítimas da deslocação forçada. A RDC é igualmente um país de asilo, que acolhe mais de 155.000 refugiados.

28. De acordo com a informação fornecida pelo governo do **Gabão**, havia aproximadamente 8.826 refugiados e 4.260 requerentes de asilo de 23 nacionalidades, que foram acolhidos no país em 2007. O maior grupo de refugiados e de requerentes de asilo, estimado em 9.726, é da República do Congo. Com uma história de concessão de hospitalidade às vítimas de deslocação forçada, que data da década de 70, o Gabão trabalha em colaboração estreita com o ACNUR no sentido de encontrar soluções duradouras para os refugiados e os requerentes de asilo dentro de seu território, inclusive o repatriamento voluntário, o restabelecimento e a integração local.

29. A **República do Congo** acolhe cerca de 24.779 refugiados, de acordo com as estatísticas recentes do ACNUR. A maioria dos refugiados é dos países vizinhos, e grande parte dela fugiu da República Democrática do Congo (RDC) devido aos conflitos.

D. Região oriental

30. A região oriental testemunhou alguns desenvolvimentos positivos na situação humanitária. Todavia, apesar desses desenvolvimentos, a região confronta-se ainda com crises, tais como os conflitos e a insegurança, as inundações periódicas e a seca, a insegurança alimentar, assim como os efeitos adversos das alterações climáticas. Consequentemente, estes factores aumentaram a magnitude e a complexidade da crise humanitária e tiveram impacto nas deslocações forçadas das populações.

31. Em Janeiro de 2009, a **Etiópia** foi anfitriã de aproximadamente 80.500 refugiados. Entretanto, o número aumentou para 105,281, de acordo com as estatísticas do governo de Maio 2009. Isto é devido principalmente à chegada de novos refugiados somali-eritreus. O volume de refugiados é proveniente da Eritreia (34.084), da Somália (40.456), do Sudão (26.066) e do Quênia (3.104). Convém notar que a maioria dos refugiados somalis regressou à pátria entre 1997 e 2005. Depois disso, todos os campos onde os somalis viviam foram fechados, com excepção do campo de Kebribeyah. Entretanto, por causa dos novos conflitos e da violência nas regiões do sul e centro da Somália, dois campos novos foram abertos, em 2007 e em 2008, para acomodar a nova leva de refugiados chegados da Somália.

32. A população de refugiados do Quênia é actualmente de 320.605, em conformidade com as estimativas do ACNUR de Abril de 2009, sendo a maioria somali, que é de cerca de 300.000. Mais de 60.000 Somalis fugiram para o Quênia, em 2008, sozinhos. Desde 9 de Março de 2009, quase 260.000 Somalis vivem em três acampamentos de refugiado de Dadaab e a população continua a aumentar. Em Janeiro de 2009, o número era aproximadamente de 215.000, havendo assim um aumento de aproximadamente de 50.000 no espaço de três meses. A situação humanitária está a piorar nos campos de Dadaab, que já são conhecidos como os mais antigos, os maiores e os mais congestionados do mundo. O OCHA relatou que as organizações humanitárias têm tido dificuldades de conceder ajuda em tais condições onde a acumulação de pessoas, a escassez da água e de saneamento colocam grandes riscos à saúde. O ACNUR informou que, para além destes problemas, consideram difícil assegurar um pedaço de terra extra para a expansão do acampamento.

33. No caso dos PDIs, o ministério do Estado para programas especiais (MoSSP) informou o OCHA, em Abril de 2009, de que continuava a haver 80.000 PDIs no país. Porém, considera que esta é uma redução drástica, quando comparada com os 300.000 de PDIs, reportados na altura em que o subcomité do CRP sobre refugiados visitou o país, em Março de 2008. A maior parte dos PDIs continua a viver em 68 campos de trânsito ao norte e sul do Rift Valley. O PAM e a sociedade da cruz vermelha do Quênia (KRCS) continuam a fornecer mensalmente ajuda alimentar, quando, em Fevereiro de 2009, um projecto de construção de abrigo (Shelter Project) foi criado e contribui para a construção e a reabilitação de casas. À este respeito, 5.103 unidades da casa foram construídas e mais de 901 casas reabilitadas. Todavia, as PDIs continuam a sentir falta de serviços básicos, tais como o saneamento e a higiene adequados, instalações sanitárias, assim como o acesso às escolas. As PDIs são as vítimas da violência pós-eleitoral de Dezembro de 2007.

34. Em Madagáscar, os eventos políticos no país ensombraram a grande crise humanitária, que afecta centenas de milhares de Malgaxes, de acordo com relatórios do UNOCHA. Isto agravou mais ainda situação das populações vulneráveis, que já sofrem com os efeitos de uma combinação de calamidades naturais, que compreendem os ciclones, as inundações, a seca, os preços excessivos e a insegurança alimentar crónica. O financiamento para programas da ajuda humanitária foi reduzido e tem havido apelos para que haja a disponibilidade urgente de fundos para ajudar as populações afectadas, inclusive 150.000 vítimas da seca e da má nutrição.

35. Durante o período de elaboração do relatório, o governo do Ruanda informou a Comissão de que o país acolhia 55.378 refugiados e, deste número, 50.049 são congolese da RDC e 2.062 são burundeses e o resto dos refugiados são de vários países, que vivem em áreas urbanas. Simultaneamente, o país recebia de volta os seus cidadãos. Entre Janeiro e Março de 2009, a missão de Manutenção de Paz da ONU na RDC (MONUC), com a ajuda do Banco Mundial, através do programa de desarmamento, desmobilização, repatriamento, reintegração e reabilitação (DDRRR), repatriou para o país 1.554 pessoas, que perfazem um total de 5.586 retornados, desde Janeiro de 2009. As autoridades disseram ainda que, em Outubro de 2008, 3.376.355 refugiados regressaram ao país, provenientes dos países do asilo, principalmente do Burundi, da RDC, da Tanzânia e do Uganda.

36. A Somália é considerada como uma das mais complexas emergências humanitárias no mundo. A situação de segurança na maior parte das regiões do sul e centro permanece volátil. Entretanto durante os meses de Janeiro de 2009, outras partes do país mostraram algumas melhorias de segurança, isto é quase 50 por cento. Consequentemente, mais de 60.000 de PDIs, que viviam nos estabelecimentos das regiões mais baixas e médias de Shabelle ao sul e centro da Somália regressaram ao nordeste de Mogadíscio. Para além disso, alguns refugiados regressavam de países vizinhos, em particular do Quênia. Por outro lado, apesar do sinal positivo dos movimentos de regresso à Mogadíscio, a insegurança em algumas regiões do país agravada pela seca e a falta de meios de subsistência entre as populações rurais e urbanas continuam a forçar milhares de Somalis a fugirem principalmente para os países vizinhos, especialmente para o Quênia. O ACNUR ajuda quase meio milhão de refugiados somalis em países vizinhos, inclusive no Líbano. O número de PDIs estima-se em 1.3 milhões até à data de Abril de 2009.

37. O país precisa de uma ajuda humanitária maciça, de modo a poder fazer face aos numerosos desafios que as populações enfrentam. Dos US\$918 milhões necessários para os programas humanitários, somente US\$251 milhões foram angariados. As áreas mais críticas incluem o sector da segurança, da alimentação, da

educação, dos serviços sanitários, da habitação, da agricultura e da água. A água, que é necessária para as pessoas e a sua pecuária, tem estado a escassear, o que dá origem ao aumento acentuado dos preços desse produto e a morte dos animais. A outra consequência, é o facto de as pessoas terem alegadamente de caminhar longas distâncias em busca da água. A resposta inadequada ao apelo feito está a afectar milhões de pessoas e, de igual modo, reduzirá o número de agentes da ajuda humanitária.

38. A situação humanitária no **Sudão** está a ser analisada com base nas duas seguintes perspectivas distintas: 1) a Implementação do Acordo Geral de Paz (AGP) de Janeiro 2005, entre o governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo Sudanês/Braço Armado (SPLM/A), por um lado, e 2) a Crise de Darfur na parte oriental do país, por outro.

39. O Acordo Geral de Paz veio pôr fim mais de 20 anos de guerra civil. Os refugiados continuam a regressar à pátria, principalmente dos países vizinhos como a Etiópia, o Uganda e o Quênia. Até Março de 2009, o repatriamento de refugiados para o sul do Sudão e o estado de Nilo Azul foi de 308.248. Mais de 12.000 regressaram entre Janeiro e Março de 2009. Entretanto, o processo de integração dos repatriados não esteve a funcionar bem, devido aos constrangimentos de ordem financeira, apesar das garantias de US\$4.5 biliões, referentes ao período 2005-2007, dadas durante a conferência de doadores realizadas em Oslo, Noruega, em Abril de 2005, que se destinava, entre outros programas, a cobrir as despesas relativas ao repatriamento, à reintegração e à reconstrução do sul do Sudão. Entretanto, o Exército de Resistência do Senhor Ugandês (LRA) está a causar devastação, porque os rebeldes continuam a atacar, a matar e a raptar pessoas. Consequentemente, cerca de 55.000 pessoas tornaram-se vítimas de deslocação forçada, ao longo da fronteira do país a RDC e a República Centro Africana. As actividades das organizações humanitárias também foram afectadas em termos de movimentos para a concessão da ajuda, porque o trânsito por muitas estradas requeriam escolta armada. A situação de segurança constituía, por conseguinte, uma grande preocupação em estados equatoriais ocidentais e centrais. Ao mesmo tempo, a região recebeu novos fluxos de aproximadamente 20.000 refugiados da RDC.

40. Em Darfur, a situação geral da segurança continua a afectar o trabalho das organizações humanitárias, porque os seus agentes são perseguidos, atacados, raptados, e sofrem violência física, emboscadas na estrada e a destruição de seus recursos. Os problemas são agravados pela expulsão de 13 organizações humanitárias, o que cria um vazio na provisão de necessidades básicas. O Conselho da Paz e Segurança e o representante especial da missão conjunta UA/ONU para o Darfur afirmaram, em Abril de 2009, que a situação humanitária em geral se agravaria

em o Maio de 2009, se as medidas de longo prazo não fossem tomadas, com vista a preencher o vazio deixado pelas organizações humanitárias que foram expelidas. Entretanto, o número de PDIs e doutras pessoas afectadas está a aumentar, e, como se isso não bastasse, o acesso às áreas rurais é difícil e está a criar problemas para as cidades principais e os estabelecimentos das PDIs, porque as populações continuam afluír para esses lugares. Em Janeiro de 2009, cerca de 2 milhão de pessoas continuam a estar directamente afectados pelo conflito e, deste número, 1.201.040 são PDIs, muitas das quais foram deslocadas várias vezes. Por último, o país alberga 181.605 de refugiados, de acordo com as estimativas do ACNUR.

41. O número de refugiados na **Tanzânia** continua a diminuir, na medida em que milhares de refugiados burundeses optam por regressar ao Burundi no âmbito do programa de repatriamento voluntário do ACNUR. Prevê-se que a maioria dos refugiados, que esteve no país desde que 1972, será integrada localmente no país. Mais de 170.000 refugiados burundeses nos estabelecimentos expressaram o desejo de serem naturalizados. Aproximadamente 200.000 e 1.500 Somalis estão igualmente a viver nos estabelecimentos e um outro número desconhecido nas cidades e aldeias. O número total de refugiados no país é de 321.909.

42. A situação humanitária no Uganda, ao norte do país, melhorou muito, porque a população de PDI é aproximadamente de 853.000, em relação ao número de 2 milhões nos anos anteriores. Mais de 1.2 milhão PDIs retornaram aos seus lugares habituais de residência. O PAM fornece alimentos aos IDPs e aos retornados, cujo número total é mais de um milhão. O governo indicou que pelo fim deste ano (2009), quase todos os PDIs retornariam às suas comunidades ou aldeias. Por outro lado, o país acolhe 162.132 refugiados, cuja maioria é oriunda do Sudão e continua a receber novos casos de refugiados da RDC.

E. Região do sul

43. A situação na África Austral esteve relativamente calma durante o período de elaboração do presente relatório. A retomada das operações de repatriamento, que terminaram em Março de 2007, em relação aos refugiados angolanos restantes principalmente em países vizinhos, reiniciará brevemente. Embora essa região não tivesse produzido grandes números de refugiados ou de PDIs nos últimos anos, ela continua a estender a hospitalidade aos milhares de refugiados de outros países africanos, particularmente da RDC. Todavia, a região tem tendência para calamidades naturais, inclusive a seca, as inundações e os ciclones. Durante o período de preparação deste relatório, Angola, Botswana, Namíbia, Malawi, Moçambique e Zâmbia, tiveram pesadas chuvas, que causaram grandes inundações nesses países. De acordo com o OCHA, a maior parte da África Austral tem maiores probabilidades de

ser afectada por chuvas intensas acima da média, entre Abril e Junho de 2009, que podem ainda provocar mais inundações localizadas e talvez extensiva.

44. Em Abril de 2009, o Subcomité do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) para os Refugiados, Retornados e Pessoas Deslocadas Internamente empreendeu uma missão de avaliação à Angola, onde se reuniu e trocou impressões com as autoridades governamentais e as organizações humanitárias sobre o repatriamento e a integração de refugiados angolanos nas suas áreas de origem, assim como toda a situação humanitária e o processo de reconstrução pós-conflito no país. De acordo com as autoridades governamentais angolanas, o número de retornados ao país desde 2003 é estimado em 450.000, cuja maioria está de regresso às suas comunidades/aldeias, em cerca de 20 províncias. Entretanto, aproximadamente 150.000 refugiados angolanos encontram-se ainda em países vizinhos tais como a RDC, a República do Congo e a Zâmbia. Os exercícios de repatriamento começarão brevemente, para o regresso destes refugiados residuais. Angola acolhe igualmente 13.000 refugiados, cuja maioria é oriunda da RDC e o resto de vários países africanos. Durante a missão, as autoridades mencionaram igualmente que o país experimentava um fluxo constante de requerentes de asilo que se estimava em mais de 3.000, provenientes de todas as regiões do continente africano e que governo encontrava dificuldade em tratar deles, visto que a maioria não era refugiado genuíno.

45. A delegação do Subcomité do CRP sobre os Refugiados expressou a sua solidariedade com o governo e o povo de Angola, e formulou recomendações sobre a melhor forma de ajudar o governo a levar a cabo os seus programas de restabelecimento e de reintegração, com vista ao desenvolvimento sustentável, e a encontrar soluções duradouras para os retornados.

46. Em Abril de 2009, estimou-se que cerca de 220.000 pessoas foram afectadas pelas inundações nas províncias do Cunene, de Kuando Kubango, do Moxico, de Malange, do Bié, do Huambo e da Lunda Sul em Angola, entre as quais aproximadamente 80.984 foram deslocadas e estabelecidas temporariamente em acampamentos.

47. De acordo com as estatísticas fornecidas pelo Instituto Nacional de Moçambique de Apoio ao Refugiado, em Março de 2009, cerca de 7.257 refugiados e requerentes de asilo foram registados em 11 acampamentos por todo o país. A maioria dos refugiados (4.398) reside no campo de refugiados de Maratane, enquanto o segundo maior grupo de 1.525 refugiados é urbano, residente em Maputo. Os refugiados são na sua maioria do Burundi, da RDC e do Ruanda, com pequenos números provenientes de vários outros países africanos.

48. No caso da **África do Sul**, o país continua a receber refugiados e requerentes de asilo. De acordo com o ACNUR, o país acolhe um número de refugiados estimado em 36.736 e de 170.865 requerentes de asilo.

49. A **Zâmbia**, que tem uma longa história de acolhimento de vítimas de deslocação forçada, é anfitriã de aproximadamente 83.485 refugiados. Os relatórios do Programa Alimentar Mundial referem que, em 2009, as suas operações relativas aos refugiados na Zâmbia se centrarão principalmente no apoio aos 28.000 refugiados da RDC, baseados em acampamentos ao norte do país. Além disso, há igualmente refugiados de Angola, do Ruanda e do Burundi. Os exercícios de repatriamento de refugiados da RDC em curso são realizados também em colaboração com a Organização Internacional para a Migração (OIM), o ACNUR e outras agências parceiras.

50. De acordo com as estatísticas fornecidas pelo governo do **Zimbabué**, havia 4.175 refugiados no país, até Abril de 2009, sem registos de retornados ou de pessoas deslocadas internamente.

IV. IMPLEMENTAÇÃO

51. Em conformidade com as decisões do Conselho Executivo, EX.CL/Dec. 462 (XIV) da sessão de Janeiro de 2009, e a EX.CL/Dec. 289 (IX), a Comissão da União Africana com o Subcomité do CRP sobre os Refugiados e em colaboração estreita com os parceiros da UA, realizaram o seu programa de trabalho nas seguintes áreas:

- Missões de avaliação que ajudaram a sensibilizar os Estados-membros e a comunidade internacional sobre a situação das populações desarraigadas, particularmente os refugiados e as PDIs. As missões instaram os doadores a partilharem a carga, concedendo a ajuda tão necessário aos Estados-membros afectados pelo problema da deslocação forçada, enquanto exortam os próprios Estados-membros a criarem as condições favoráveis ao regresso dos seus cidadãos. Os países visitados foram: Angola, República Centro Africana, República do Chade, Ruanda e África do Sul. De modo a demonstrar solidariedade, foram feitas recomendações que visam ajudar os países a lidar com o fluxo de refugiados, retornados e internamente das pessoas deslocadas;
- As várias reuniões, seminários e workshop foram realizados sobre as questões da deslocação forçada. As reuniões mais importantes incluíram:
 - a) Várias reuniões preparatórias do grupo de trabalho sobre a Cimeira especial dos Chefes de Estado e Governo sobre os refugiados, os retornados e as pessoas deslocadas internamente, programadas para Kampala, Uganda, em Outubro de 2009;

- b) Reuniões do Subcomité do CRP sobre os refugiados e a sua Mesa, onde foi adoptado o programa de trabalho referente ao ano de 2009 e, depois disso, foram implementadas;
 - c) Reuniões com os parceiros da UA, que discutiram sobre o plano de trabalho conjunto UA/Parceiros para 2009 e outras actividades, em particular a organização da Cimeira Especial e a partilha da informação sobre as questões da deslocação forçada, com vista a elaboração do relatório para o Conselho Executivo, em Junho de 2009;
 - d) Reunião do Comité de Coordenação da UA sobre a Assistência e Protecção das Refugiados, Retornados e as Pessoas Deslocadas Internamente (CCAR); preparativos para a Cimeira especial e as actividades do CCAR.
- Comemoração do Dia de África/Dia Mundial do Refugiado sob o tema deste ano, “Pessoas Reais, Necessidades Reais”. A ocasião foi usada pelo presidente da UA para sensibilizar o público sobre a próxima Cimeira especial dos Chefes de Estado e de Governo da UA sobre os Refugiados, os Retornados e as Pessoas Deslocadas Internamente em África. Além disso, a Comissão endereçou uma carta a todos os Estados-membros a solicitar que comemorassem a ocasião com várias actividades alusivas ao tema.

V. DESAFIOS E CAMINHO A SEGUIR

52. A Comissão implementou um grande número de programas de acordo com seu mandato, mas continua a enfrentar um enorme desafio no campo humanitário, porque a África tem o maior número de refugiados e de PDIs, agravada pelos conflitos violentos, as inundações periódicas e a seca, a fome, as alterações climáticas, a pobreza, a insegurança alimentar, assim como a falta de verbas da comunidade internacional.

53. A fim de melhorar a situação humanitária no continente, o auxílio da comunidade internacional é crucial e deve honrar as suas promessas feitas durante as conferências e as reuniões de vários doadores. Por outro lado, a Comissão apela aos Estados-membros para contribuírem para o Fundo de Especial da UA para os Refugiado, para o qual a África do Sul é até agora o único contribuinte. Isto ajudaria a concretizar os objectivos dos programas e das operações de repatriamento e de reintegração dos refugiados e das PDIs, e contribuirá eventualmente para as soluções duradouras. A UA, por seu turno, continuará a ajudar as populações vítimas da deslocação forçada,

até ao dia em que elas também possam regressar à casa ou às suas comunidades/aldeias e viver pacificamente.

54. A Comissão apela uma vez mais aos Estados-membros para participarem na Cimeira especial dos Chefes de Estado e de Governo sobre os Refugiados, os Retornados e as Pessoas Deslocadas Internamente, que ocorrerá em Kampala, Uganda, em Outubro de 2009. A Cimeira especial abordará as causas principais da deslocação forçada e emitirá uma Declaração solene para a eventual eliminação do problema das deslocações forçadas. Além da Declaração, os Chefes de Estado e de Governo deverão endossar e assinar a Convenção da União Africana para a Protecção e a Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África, que será o primeiro instrumento legalmente vinculativo no mundo sobre as questões relativas às pessoas deslocadas no mundo.

2009

Relatório Sobre A Situação Dos Refugiados, Retornados E Pessoas Deslocadas Internamente Em África Para A Décima Quinta Sessão Ordinária Do Conselho Executivo, De Fevereiro A Junho De 2009

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3962>

Downloaded from African Union Common Repository